



COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP

CNPJ: 01.377.555/0001-10

S/A – CAPITAL FECHADO

RELATÓRIO DA DIRETORIA

SENHORES E SENHORAS ACIONISTAS,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, muito nos honra submeter à apreciação de Vossas Senhorias, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, assim como destacar os fatos que marcaram e que tiveram efeito em nossa Companhia durante o exercício.

Desempenho Operacional Mercado Consumidor:

Classes	2013 - Mwh	2012 - Mwh	Variação %
Residencial	38.540	35.301	9,2
Industrial	14.935	14.409	3,7
Comercial	18.908	7.866	5,8
Rural	16.314	16.310	0,0
Outros	18.913	17.659	7,1
Total	107.610	101.545	6,0

Índices Técnicos da CHESP:

O índice de perdas foi de 11,04%. O sistema de distribuição apresentou um desempenho sofrível em decorrência de uma piora na qualidade do suprimento recebido, com o índice de Duração Equivalente por Consumidor - DEC ficando em 27,86 horas e o índice de Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor - FEC em 36,52 vezes.

Investimentos:

A CHESP realizou, em 2013, investimento da ordem de R\$ 2,99 milhões em expansão do sistema elétrico, melhoramento de redes e outros.

Certificação:

Em 2013, a CHESP manteve a certificação dos processos de coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos da distribuição de energia elétrica, de tratamento de reclamações de consumidores de energia elétrica e certificou pela primeira vez os processos de coleta de dados e apuração dos padrões de atendimento comercial e de aferição de medidores e avaliação técnica dos equipamentos de medição conforme a norma da Organização Internacional para Normalização (International Organization for Standardization) ISO 9001: 2008.

Eventos:

A CHESP apoiou por meio da Lei Estadual de Incentivo a Cultura, o Projeto: "ELY CAMARGO – ÁGUA DA FONTE" que relata a trajetória artística, cultural e subjetiva da cantora e folclorista goiana Ely Camargo, e por meio da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte - PROESPORTE os projetos esportivos Barranca Esporte Clube, Ceres Esporte Clube e Iniciação Esportiva Nova Esperança - IENE.

Agradecimentos:

Nossos agradecimentos aos senhores acionistas, consumidores, Governo Federal, Estadual e Municipais, fornecedores, prestadores de serviço, credores e, em especial aos nossos empregados, pela dedicação.

Ceres, 31 de dezembro de 2013

Ricardo de Pina Martin - Diretor Presidente

Balanço Social

(Valores expressos em milhares de reais)

		2013		2012		
		R\$ mil		R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
1.1-Receita Líquida (RL)		33.480,00		32.236,00		
1.2-Resultado Operacional (RO)		2.810,00		6.672,00		
1.3-Folha de Pagamento Bruta (FPB)		6.202,00		5.624,00		
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre – reclassificado	
		FPB	RL		FPB	RL
2.1-Alimentação	788,00	12,70%	2,35%	608,00	10,81%	1,89%
2.2-Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	103,00	1,66%	0,31%	45,00	0,80%	0,14%
2.3-Educação	11,00	0,17%	0,03%	9,00	0,16%	0,03%
2.4-Participação dos trabalhadores nos lucros	213,00	3,44%	0,64%	81,00	1,44%	0,25%
2.5-Gratificação de férias	126,00	2,03%	0,38%	102,00	1,81%	0,32%
2.6-Outros Benefícios	126,00	2,03%	0,38%	115,00	2,04%	0,36%
Total	1.367,00	22,04%	4,08%	960,00	17,07%	2,98%
3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
		RO	RL		RO	RL
3.1-Tributos	17.392,00	618,93%	51,95%	17.244,00	258,45%	53,49%
Total	17.392,00	618,93%	51,95%	17.244,00	258,45%	53,49%
4 – Investimentos Sociais		2013		2012		
4.1-Programa Luz para Todos		189,00		682,00		
Investimentos da União/Estado		277,00		580,00		
Investimentos da Concessionária		(88,00)		102,00		
5 - Corpo funcional						
5.1-Nº de empregados no final do exercício		135		125		
5.2-Escolaridade dos empregados						
Superior com extensão universitária		36		33		

Ensino Médio			83			76
Ensino Fundamental			07			06
Outros			09			10
5.3-Faixa etária dos empregados						
Abaixo de 30 anos			24			20
De 30 até 45 anos			79			74
Acima de 45 anos			32			31
5.4-Nº de admissões durante o exercício						
			18			09
5.5-Nº de mulheres que trabalham na empresa						
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres			11,54%			15,80%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes			15,00%			15,00%
5.6-Nº de negros que trabalham na empresa						
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros			15,50%			16,40%
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes			45,00%			45,00%
5.7-Aposentadoria no período						
			0			01
5.8-Portadores de deficiência física						
			03			03
5.9-Dependentes dos empregados						
			232			274
5.10-Estagiários						
			02			01
5.11-Relação entre a maior e a menor remuneração						
Maior remuneração			13,01			12,80
Menor remuneração			9,50			8,44
			0,73			0,66
5.12-Nº de acidentes de trabalho sem afastamento						
			0			01
5.13-Nº de acidentes de trabalho com afastamento						
			01			02
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos + CIPA	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva a à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	(X) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(X) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Valor adicionado total a distribuir (em reais mil):	28.519,00			31.940,00		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	66,04% governo	24,85% colaboradores	4,43% acionistas	59,67% governo	21,42% colaboradores	2,53% acionistas
	3,08 terceiros		1,60% retidos	5,23% terceiros		11,15% retidos

BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores em milhares de Reais)

A T I V O

	2013	2012
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	2.850	924
Consumidores (Nota 6)	7.818	8.834
Concessionaria de Energia Elétrica - Quota CCEE	56	0
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	-131	-131
Convênio Reluz e Baixa Renda (Nota 7)	241	147
Indenização Ativos de Geração	0	6.863
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 8)	789	387
Parcelamento com Órgãos Públicos (Nota 10)	356	130
Serviços em curso (Nota 11)	418	296
Outros créditos (Nota 12)	1.336	907
Estoques	265	304
Despesas pagas antecipadamente (Nota 13)	106	84
Total do ativo circulante	14.104	18.745
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 8)	342	353
Parcelamento com Órgãos Públicos (Nota 10)	476	0
Adiantamento incentivos fiscais	83	137
Outros Créditos	21	73
Aplicação financeira vinculada a empréstimo bancário	785	444
	1.707	1.007

Imobilizado (Nota 14)	32.546	33.197
Intangível (Nota 14)	918	704
	<u>33.464</u>	<u>33.901</u>
Total do ativo não circulante	<u>35.171</u>	<u>34.908</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>49.275</u>	<u>53.653</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
CIRCULANTE		
Fornecedores (Nota 15)	4.641	2.396
Salários a pagar	323	303
Encargos de dívidas	14	32
Impostos e contribuições sociais (Nota 16)	1.809	2.490
Lucros a distribuir	1.055	1.419
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	2.360	3.564
Concessionárias de energia elétrica (Nota 18)	1.165	1.165
Obrigações estimadas	501	458
Encargos do consumidor a recolher (Nota 19)	1.095	966
Outras obrigações	<u>1.113</u>	<u>800</u>
Total do passivo circulante	<u>14.076</u>	<u>13.593</u>

NÃO CIRCULANTE

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Fornecedores (Nota 15)	185	289
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	2.255	4.504
Concessionárias de energia elétrica (Nota 18)	1.631	1.631
Incentivos fiscais (Nota 20)	755	1.301
Empréstimo com coligadas	0	218
Credores diversos	11	11

Total do passivo não circulante**4.837** **7.954****PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Capital social (Nota 22)	7.785	7.785
Reservas de capital (Nota 22)	7.756	7.148
Reservas de lucros (Nota 22)	12.882	12.630
Reservas de Reavaliação (Nota 22)	1.953	4.557
Ações em tesouraria	-14	-14

Total do patrimônio líquido**30.362** **32.106****TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO****49.275** **53.653**

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO****(Valores em milhares de Reais)**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Fornecimento de Energia Elétrica (Nota 27)	48.781	48.707
Outras Receitas	1.792	1.723
	<u>50.573</u>	<u>50.430</u>
(-) Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	-13.369	-13.445
PIS	-526	-327
COFINS	-2.454	-1.510
ISS	-6	-6
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	0	-433
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-19	-1.106
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-385	-957
Pesquisa Desenvolvimento e Eficiência Energética	-334	-410
	<u>-17.093</u>	<u>-18.194</u>
Receita Operacional Líquida	<u>33.480</u>	<u>32.236</u>
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		
Custo com Energia Elétrica		
Energia Elétrica comprada para Revenda (Nota 29)	<u>-16.782</u>	<u>-12.752</u>
Custo de Operação		
Pessoal e Administradores	-7.732	-6.622
Materiais	-738	-642
Serviço de Terceiros	-2.861	-2.175

Depreciação e Amortização	-1.425	-1.516
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-91	-26
Outras Despesas	-909	-665
	<u>-13.756</u>	<u>-11.646</u>
Custo do Serviço Prestado a Terceiros (Nota 32)	-354	-498
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	<u>2.588</u>	<u>7.340</u>
Despesas Operacionais (Nota 33)		
Despesas com Vendas	2.351	-7
Despesas Gerais e Administrativas	-33	-20
	<u>2.318</u>	<u>-27</u>
Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas	6	842
RESULTADO DO SERVIÇO	<u>4.912</u>	<u>8.155</u>
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA (Nota 35)		
Receita Financeira	1.158	864
Despesa Financeira	-3.260	-2.347
	<u>-2.102</u>	<u>-1.483</u>
RESULTADO OPERACIONAL	2.810	6.672
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	2.810	6.672
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-260	-635
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	2.550	6.037
IMPOSTO DE RENDA	-699	-1.242
LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	<u>1.851</u>	<u>4.795</u>
DEDUÇÕES AO LUCRO DO EXERCÍCIO:		
Participações (Nota 25)	-131	-427

**LUCRO LÍQUIDO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS
SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

Reversão dos Juros sobre Capital Próprio

1.720

4.368

1.263

0

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

2.983

4.368

LUCRO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL - R\$

0,9809

1,4364

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Valores em milhares de reais)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	REMUNERAÇÃO CAPITAL PRÓPRIO	AÇÕES EM TESOURARIA	ÁGIO NA SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA INVESTIMENTOS	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
EM 31 DE DEZEMBRO 2011	7.785	2.403	-14	1.787	2.711	934	8.114	2.440	0	26.160
- Ajuste de Períodos Anteriores	-	(375)	-	-	-	-	0	-	700	325
- Remuneração sobre o Capital Próprio	-	94	-	-	-	-	-	-	-	94
- Reservas de reavaliação (VNR/VOC)	-	-	-	-	-	-	-	2.117	-	2.117
- Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	4.368	4.368
Destinação do Lucro:										
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(958)	(958)
Reserva Legal	-	-	-	-	-	192	-	-	(192)	-
- Reserva para Investimentos	-	-	-	-	-	-	3.390	-	(3.390)	-
- Reserva Incentivos Fiscais	-	-	-	-	528	-	-	-	(528)	-
EM 31 DE DEZEMBRO 2012	7.785	2.122	-14	1.787	3.239	1.126	11.505	4.557	0	32.106
- Ajuste procedimentos contábeis	-	-	-	-	-	-	-	-	(167)	(167)
- Remuneração sobre o Capital Próprio	-	66	-	-	-	-	-	-	-	66
- Reservas reavaliação ajuste (VNR/VOC)	-	-	-	-	-	-	-	(2.604)	-	(2.604)
- Realização Reservas p/Investimentos	-	-	-	-	-	-	(600)	-	-	(600)
- Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.720	1.720
Destinação do Lucro:										
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(159)	(159)
Reserva Legal	-	-	-	-	-	65	-	-	(65)	-
- Reserva para Investimentos	-	-	-	-	-	-	787	-	(787)	-
- Reserva Incentivos Fiscais	-	-	-	-	542	-	-	-	(542)	-
EM 31 DE DEZEMBRO 2013	7.785	2.188	-14	1.787	3.781	1.191	11.692	1.953	0	30.362

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2013
 (Valores em milhares de Reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Consumidores	49.626	49.536
Recebimento Uso Mútuo Postes	268	275
Recebimento Indenização ativos de geração	6.900	-
Recebimento CCEE/Repases CDE	3.616	-
Outros Ingressos	732	1.193
Pagamentos a Fornecedores	(2.917)	(2.865)
Pagamentos a Pessoal	(8.465)	(7.094)
Pagamentos Energia Elétrica Comprada	(14.971)	(11.569)
Pagamentos Outras Despesas	(1.425)	(1.051)
Caixa Gerado pelas operações	33.363	28.425
Juros pagos	(623)	(923)
Impostos e Contribuições	(18.786)	(17.643)
Taxas Regulamentares	(1.528)	(3.507)
Recolhimento Contribuições	(934)	(1.246)
Fluxo de Caixa antes item extraordinário	(21.872)	(23.320)
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais	11.492	5.105
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Compra do Ativo Imobilizado	(4.604)	(2.875)
Juros Recebidos	328	77
Recebimento Programa Luz para Todos	278	139
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos	(3.998)	(2.659)
Fluxo de Caixa das Atividades Financeiras		

Aplicações Financeiras	-	-
Recebido por empréstimos e financiamentos	1.225	3.299
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	(4.906)	(5.665)
Dividendos/Juros s/Capital Próprio	(1.887)	(807)
Caixa Líquido Consumido nas atividades financeiras	(5.568)	(3.173)
Aumento (diminuição) Líquido na Conta Caixa	1.926	(727)
- Saldo da Conta Caixa no início do exercício	924	1.650
- Saldo da Conta Caixa no fim do exercício	2.850	923
Aumento (diminuição) Líquido na Conta Caixa	1.926	(727)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Valores em milhares de Reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Venda de Energia e Serviços	50.573	50.431
Provisão para Devedores Duvidosos	-91	-26
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	6	842
Receitas	50.488	51.247
Operações com Energia Elétrica	-16.782	-12.752
Material e Serviço de Terceiros	-3.956	-3.220
Outros Gastos Operacionais	-959	-2.681
(-) Insumos adquiridos de terceiros	-21.698	-18.653
(=) Valor Adicionado Bruto	28.790	32.594

(-) Quotas de Reintegração	-1.429	-1.518
(=) Valor Adicionado Líquido	27.362	31.076
Receitas Financeiras	1.158	864
(+) Valor Adicionado Transferido:	1.158	864
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	28.519	31.940
Remunerações	5.350	5.131
Encargos Sociais (exceto INSS)	366	408
Auxílio Alimentação	788	608
Convênio Assistencial e Outros Benefícios	452	271
Participação nos resultados	131	427
Pessoal	7.087	6.844
INSS (sobre folha de pagamento)	1.518	1.459
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	13.369	13.446
Imposto de Renda e Contribuição Social	959	1.878
Outros Impostos, Taxas e Contribuições	2.987	2.276
Governo	18.834	19.058
Juros e Variações Monetárias	734	1.540
Aluguéis	146	130
Financiadores	879	1.670
Dividendos/Juros s/Capital próprio	1.263	807
Lucros Retidos	456	3.561
Acionistas	1.720	4.368
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	28.519	31.940

COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP
CNPJ Nº 01.377.555/0001-10
NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2013 e 31.12.2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma Sociedade Anônima, de capital fechado, titular de Concessão Federal para Geração de Energia Elétrica destinada a Serviço Público (PCH São Patrício) e de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os municípios de Carmo do Rio Verde, Ceres, Ipiranga de Goiás, Nova Glória, Rialma, Rianópolis, Santa Isabel, Uruana, São Patrício e parte do município de Jaraguá, todos no Estado de Goiás. As atividades do Setor Elétrico são regulamentadas pelo Ministério de Minas e Energia - MME por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Com base no Decreto 1.717/95 e na Lei 9.074/95 o Ministro de Minas e Energia assinou a Portaria nº 529 de 1 de dezembro de 1998, renovando esta concessão por um período de vinte anos.

NOTA 2 - DAS CONCESSÕES

A Concessionária detém junto ao MME, as seguintes concessões:

a) **Geração:** Contrato 043/1999

Usina Hidroelétrica	Rio	Potência Instalada	Nº de Unidades Geradoras	Concessão	Término Final da Concessão
Cachoeira do Lavrinha (São Patrício)	Rio das Almas	3,010	4	Decreto nº 85.814 de 16/03/1981	17/03/2041

Concessão de Geração: prorrogada por 30 anos de acordo com o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 43/1999/ANEEL de 04/12/2012.

b) **Distribuição:** Contrato 044/99

Concessão, válida até 07 de Julho de 2015, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, atendendo atualmente a 33,3 mil consumidores, sendo 29,0 mil urbanos e 4,3 mil rurais. Atualmente a Companhia não atende consumidor livre.

NOTA 3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma e foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas da Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, conjugadas com a Legislação específica aplicável as Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, consoante as principais práticas contábeis descritas na nota 4. Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e em quadros suplementares em atendimento as instruções contidas no Despacho nº 4.413-SFF/ANEEL, de 27/12/2013. Adicionalmente, a Companhia apresenta os demonstrativos contábeis com acréscimos de informações e notas explicativas que permitem uma melhor análise, corroborando, assim, com o intuito das Normas Setoriais, no que se refere à transparência e clareza das informações.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela administração em 09/04/2014.

NOTA 4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades

Estão representadas pelo saldo de caixa, depósitos em banco e aplicações financeiras de curto prazo. O saldo de aplicações financeiras está demonstrado pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Consumidores

Inclui o fornecimento de energia faturada e não faturada até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização das contas a receber (Nota 6).

d) Estoques

Representado pelo saldo de materiais destinados a manutenção classificados no ativo circulante, e de materiais destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado; registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo os custos de reposição ou valores de realização.

e) Despesas pagas antecipadamente

Estão representadas por valores relativos a prêmio de seguros, licenciamento de veículos e adiantamento a fornecedores.

f) Imobilizado

Inclui os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da entidade, ou exercidos com essa finalidade. Registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, incluindo, quando aplicáveis, juros, encargos financeiros e gastos administrativos. Os ativos imobilizados foram corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e estão deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme definição do órgão regulador.

g) Redução ao valor recuperável

Os ativos imobilizados, intangíveis de vida útil definida e diferidos têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

h) Empréstimos e Financiamentos

Estão representados pelo valor principal da dívida, acrescido de juros e encargos financeiros incorridos até a data de encerramento do balanço.

i) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerando-se como base a média proporcional do consumo do último período de medição.

Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que represente 10% ou mais do total do faturamento.

j) Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis. Dentre elas principalmente o registro de fornecimento de energia elétrica não faturada e respectivas contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis pelas circunstâncias.

k) Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

NOTA 5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2013	2012
Aplicações no mercado aberto	1.774	389
Contas bancárias à vista	359	368
Numerário em transito e caixa	717	167
Total	2.850	924

Contas bancárias à vista e Numerário em transito e caixa: as disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

Aplicações no mercado aberto: estão apresentadas basicamente por saldos mantidos em aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando essa última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

NOTA 6 – CONSUMIDORES

Fornecimento	2013	2012
Faturado	5.562	6.349
Não Faturado	2.126	2.251
Efeitos Regime Especial de Tarifação	10	(10)
Componentes Financeiros Diferidos	136	37
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(67)	-
Outros Créditos	51	207
Total	7.818	8.834

Consumidor – Classe	Saldos a Vencer		Saldos Vencidos até 90 dias	Saldos Vencidos há mais 90 dias	Total	
	Faturado	Não Faturado			2013	2012
Residencial	560	820	662	51	2.093	2.063
Residencial Baixa Renda	56	65	70	2	193	171
Industrial	335	247	132	9	723	755
Comércio, Serviços e Outras Atividades	290	516	321	58	1.185	1.459
Rural	118	165	193	37	513	708
Poder Público	234	131	296	83	744	878
- Federal	49	27	62	17	155	91
- Estadual	59	33	74	21	187	197
- Municipal	126	71	160	45	402	590
Iluminação Pública	209	91	253	1.437	1.990	2.397
Serviço Público	156	91	-	-	247	159
Serviço Taxado/Diversos	64	-	98	35	197	244
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(36)	-	(28)	(3)	(67)	-
Total	1.986	2.126	1.997	1.709	7.818	8.834

(a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Descrição	2013	2012
Residencial	27	15
Industrial	11	17
Comércio, Serviços e outras atividades	26	40
Rural	17	12
Poder Público	44	38
Diversos Créditos	6	9
Total	131	131

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com critérios constantes do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumida:

- . Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- . Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias;
- . Consumidores industriais, rurais, e outros, vencidos há mais de 360 dias.

A administração entende que a provisão constituída é adequada para fazer frente às prováveis perdas na realização desses créditos.

NOTA 7 – CONVÊNIO RELUZ E BAIXA RENDA

	2013	2012
Termo de Convênio Reluz firmado CHESP/Prefeituras/Eletróbrás	23	35
Diferença Mensal de Receita Baixa Renda	218	112
Total	241	147

NOTA 8 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	2013		2012	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
ICMS s/Compras para Ativo Fixo a recuperar em até 48 parcelas	295	342	366	353
Imposto de renda e contribuição social	444	-	-	-
Incentivos fiscais	50	-	20	-
Outros	-	-	1	-
Total	789	342	387	353

NOTA 9 – ATIVO FINANCEIRO E ATIVO INTANGÍVEL DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO

O ativo financeiro indenizável refere-se à parcela não amortizada até o final de concessão dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão. Esses investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo do contrato de concessão, o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade do serviço concedido, e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

	2013	2012
Ativo Financeiro	22.816	19.500
Ativo Intangível	8.695	9.844
Total	31.511	29.344

Ativos Intangíveis

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo do prazo de concessão. De consonância

com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 (Contratos de Concessão) e OCPC 05 (Contratos de Concessão), os Contratos de concessão tem vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão.

NOTA 10 – PARCELAMENTOS COM ORGÃOS PÚBLICOS

	Amortização	2013		2012	
		Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Prefeitura Municipal de Carmo do Rio Verde	03/13 a 02/18	66	208	75	-
Prefeitura Municipal de Uruana	03/13 a 02/19	64	154	55	-
Prefeitura Municipal de Rialma	04/13 a 12/16	54	100	-	-
Prefeitura Municipal de Nova Glória	04/13 a 03/15	77	14	-	-
Prefeitura Municipal de Ceres	04/13 a 01/14	96	-	-	-
Total		357	476	130	-

Prefeitura de Carmo Rio Verde

- Parcelamento autorizado pela Lei Municipal nº 1.015/05 de 16 de Junho de 2005, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica referentes ao período de Junho de 2000 a Dezembro de 2004.

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidos em 2010, 2011 e 2012;

Prefeitura de Uruana

- Parcelamento autorizado pela Lei Municipal nº 996/2006 de 10 de maio de 2006, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica (R\$ 151) referentes ao período de Abril à Junho de 2004 e Termo de Convênio Reluz (R\$ 90);

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidas em 2010, 2011 e 2012;

Prefeitura de Rialma

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, homologado judicialmente através do processo 200705102518, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidas em 2003 e 2004;

Prefeitura de Nova Glória

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidas em 2012 e fatura de prestação de serviço vencida em 2008;

Prefeitura de Ceres

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica referente ao período de agosto a outubro de 2012;

NOTA 11 – SERVIÇOS EM CURSO

	2013
- Serviço Próprio	388
ODS Serviço Próprio	3

ODS Aplicação de Recursos Plano Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	370
ODS - Outras	15
ODS - Serviço Terceiros	29
Alienação/Desativação em Curso	1
- Total	418

Estão representados pelos seus custos apropriados em ordens de serviços próprias ou de terceiros, cujos valores serão transferidos para o ativo imobilizado ou para custos dos serviços prestados a terceiros por ocasião do encerramento das respectivas ODSs.

NOTA 12 – OUTROS CRÉDITOS

	2013	2012
Título de Capitalização/Cheque em cobrança especial	34	27
Adiantamento a Empregados	118	40
Energia Elétrica (Reserva)/Agentes Arrecadores/Termo confissão dívida	634	236
Subvenção CDE descontos tarifários/equalização	238	-
Partes relacionadas	116	-
Fornecedores Proinfra/adiantamento	67	-
Prefeituras Municipais	72	96
Fatura aluguel de postes	14	12
Custo Implementação Resolução 367/2009 – Controle Patrimonial	-	468
Credito de Serviços Prestados a Terceiros	-	2
Outros	43	26
Total	1.336	907

NOTA 13 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Despesas	2013		2012	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Prêmios e Seguros	105	-	72	-
Licenciamentos Veículos	-	-	1	-
Fornecedores	1	-	11	-
Total	106	-	84	-

NOTA 14 – IMOBILIZADO

	2013	2012
Imobilizado em Serviço	35.143	37.654
Imobilizado em Curso	6.020	4.680
Ajuste Diferença (VNR/VOC)	1.953	4.557
Subtotal	43.116	46.891
Obrigações Especiais vinculadas à concessão do serviço Público de energia elétrica (VOC/VNR)	(9.652)	(12.990)
Total	33.464	33.901

ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO	Taxa Média %	2013	2012
GERAÇÃO			
- Custo Histórico	-	-	-
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)	-	-	-
DISTRIBUIÇÃO			
- Custo Histórico	3,88%	41.198	39.155
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		1.104	19.477
ADMINISTRAÇÃO			
- Custo Histórico	9,10%	1.208	992
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		846	2.043
COMERCIALIZAÇÃO			
- Custo Histórico	0,28%	81	81
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		448	-
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO	3,92%	59.885	61.748
- Custo Histórico		42.487	40.228
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		17.398	21.520
(-) DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADA			
GERAÇÃO			
- Custo Histórico		-	-
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		-	-
DISTRIBUIÇÃO			
- Custo Histórico		(18.137)	(16.774)
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		(12.572)	(13.946)
ADMINISTRAÇÃO			
- Custo Histórico		(638)	(572)
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		(605)	(1.175)
COMERCIALIZAÇÃO			

- Custo Histórico		(62)	(60)
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		(427)	-
TOTAL DA DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO		(32.441)	(32.527)
- Custo Histórico		(18.837)	(17.406)
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		(13.604)	(15.121)
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO		27.444	29.221
IMOBILIZADO EM CURSO			
- Geração		2.337	1.734
- Distribuição		3.682	2.495
- Administração		1	1
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO EM CURSO		6.020	4.680
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO		33.464	33.901

Imobilizado em Curso – Distribuição – refere-se essencialmente a investimentos em ampliação e reformas de redes de distribuição nos municípios atendidos pela empresa. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474 de 07 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

Ativo em serviço	Taxas anuais %
Banco de capacitores	5,00 e 6,67
Chaves	3,33 e 6,67
Condutor	2,70 e 3,57
Edificação outras	3,33
Equipamento Geral	6,25
Equipamento Geral de informática	16,67
Estrutura torre	2,70
Estrutura poste	3,57
Regulador de tensão	3,45 e 4,35
Transformador de distribuição	3,70 e 4,00
Medidores	4,00 e 7,69

Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários

Em função do disposto nas Instruções Gerais nº 35 e 36, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

Vinculação do Imobilizado

De acordo com os artigos 63 e 64, do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e

expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Para efeitos de apresentação as demonstrações financeiras os bens vinculados estão sendo apresentados como ativos imobilizados, conforme orientação do Despacho ANEEL nº 4.097 de 30 de dezembro de 2010, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, Estado, Municípios e consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a Investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na atividade de Distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de Geração, Transmissão e Distribuição, e sua quitação ocorrerá ao final da concessão. Estes valores estão apresentados em conta redutora do saldo do ativo imobilizado na distribuição.

Obrigações especiais	2013	2012
Participação da União	102	102
Participação do Estado	712	712
Participação dos Municípios	257	257
Participação do Consumidor	7.467	7.116
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	3.446	3.323
(-) Participações e Doações – Reintegração Acumulada	(2.332)	(1.719)
TOTAL	9.652	9.791

Principais adições em obrigações especiais em 2013:

- obras de distribuição com participação do consumidor (loteamentos).....	281
- outras obras de distribuição com participação do consumidor.....	70
- Recursos CDE recebidos no programa LPT	171
- Devolução Recursos CDE recebidos no programa LPT	(48)
TOTAL	474

De acordo com o Ofício Circular nº 1.314, de 27 de junho de 2007, e após o resultado provisório da 2ª revisão tarifária periódica, a partir de outubro de 2008 a Companhia passou a reconhecer as quotas de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, anulando os efeitos no resultado contábil, conforme determina o Despacho nº 3.073/2006 e Resolução Normativa ANEEL nº 234 de 31 de dezembro de 2006.

A Resolução ANEEL nº 223 de 29 de abril de 2003, que estabelece as condições gerais para elaboração do Plano de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, e regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438 de 26 de Junho de 2002, atribui estas responsabilidades às concessionárias e permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Tal fato já tem diminuído consideravelmente o valor da participação financeira dos consumidores acima citados.

NOTA 15 – FORNECEDORES

Fornecedores	2013		2012	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Fornecedor de energia elétrica	3.802	-	1.659	-
Materiais e serviços	839	185	737	289
Total	4.641	185	2.396	289

NOTA 16 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Impostos/Contribuições	2013		2012	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
ICMS	1.117	-	1.584	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	263	-	574	-
INSS	127	-	108	-
PIS/COFINS	238	-	165	-
Outros	64	-	59	-
Total	1.809	-	2.490	-

NOTA 17 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

CREDORES	Juros % aa/am	Encargos de Dividas	2013		Encargos de Dividas	2012	
			Principal			Principal	
			Curto Prazo	Longo Prazo		Curto Prazo	Longo Prazo
Banco Brasil-Contr.20010040	12,0aa	-	-	-	1	94	-
Eletróbrás-Contr.ECFS0043/2004	5,0 aa	-	78	135	-	78	216
Eletróbrás-Contr.ECFS152/2006	5,0 aa	-	38	141	-	37	178
Eletróbrás-Contr.ECFS205/2007	5,0 aa	-	44	248	-	46	305
Eletróbrás-Contr.ECF2596/2006	5,0 aa	-	16	5	-	16	21
Eletróbrás-Contr.ECF262/2009	5,0 aa	-	31	208	-	33	252
Eletróbrás-Contr.ECF0321/2011	5,0aa	-	24	216	-	-	133
CEF/BNDES Contr.2536840909	5,0 aa	7	1.137	569	14	1.137	1.706
CEF - Contr. 714-000001-82	5,5 aa	-	121	354	-	30	455
Banco Brasil-Cartão BNDES	10,0aa	-	68	33	-	101	78
CDC-Bradesco Financ.Veículo Contr.003216770	17,15aa	-	35	-	-	42	36

CDC-Bradesco Contr.003218368	Financ.Veículo	16,90aa	-	-	-	-	55	46
CDC-Bradesco Contr.0033228375	Financ.Veículo	16,90aa	-	49	-	-	49	49
CDC-BB Contr.045807130	Financ.Veículo	16,90aa	-	52	13	-	-	-
Itaú-GiroPré Contr.544112914-1		1,7am	-	-	-	3	229	-
Itaú-GiroPré Contr.75800541-7		1,1am	7	667	333	7	667	1.000
Itaú-GiroPré Contr.56524652-7		1,1am	-	-	-	5	600	-
BB - Giro 045.805697		1,7am	-	-	-	2	350	29
Total			14	2.360	2.255	32	3.564	4.504

Em 31 de dezembro de 2013, os saldos das parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante da Companhia tinham os seguintes vencimentos:

	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
Valor da amortização anual	1.289	314	248	127	99	178	2.255
INDEXADOR			TJLP		RGR	Outros	T O T A L
%			36,9		25,7	37,4	100

Contrato	Aplicação	Encargos	Atualização	Período Amortização	R\$ Mil
Eletrobrás ECFS-0043/04	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	09/2006 a 08/2016	213
Eletrobrás ECFS-152/2006	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	10/2008 a 09/2018	178
Eletrobrás ECFS-205/2007	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	07/2010 a 06/2020	293
Eletrobrás-Contr.ECF2596/2006	Programa Reluz	5,0%aa	RGR	04/2010 a 03/2015	21
Eletrobrás-Contr.ECF262/2009	Programa Reluz	5,0%aa	RGR	06/2011 a 08/2021	239
Eletrobrás ECFS-0321/2011	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	01/2014 a 12/2023	240
CEF/BNDES Contr.2536840909	Expansão Sistema CHESP	5,0%aa	TJLP	07/20/10 a 06/2015	1.706

Mutações de Empréstimos e Financiamentos

	Curto Prazo	Longo Prazo
Saldo em 31/12/2011	2.452	4.868
Ingressos	1.856	2.474
Amortização	(3.626)	(174)
Transferências	2.882	(2.664)
Saldo em 31/12/2012	3.564	4.504
Ingressos	763	166
Amortização	(4.708)	(2)
Transferências	2.741	(2.413)
Saldo em 31/12/2013	2.360	2.255

NOTA 18 – CONCESSIONARIAS DE ENERGIA ELÉTRICA

Refere-se à incorporação na base de remuneração da CHESP a Subestação Rialma (69/34,5kV), conforme Despacho ANEEL/SFF nº 2.578, de 16 de agosto de 2012, que anuiu com a desvinculação e alienação pela CELG-D à CHESP.

Credora	Curto Prazo	Longo Prazo
CELG Distribuição S/A – CELG “D”	1.165	1.631

NOTA 19 – ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

Encargos	2013	2012
Quota para RGR	-	36
Quota para CCC	-	61
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	24	84
Contribuição para Iluminação Pública – CIP	89	65
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética – a aplicar	982	720
Total	1.095	966

NOTA 20 - INCENTIVOS FISCAIS

São Incentivos oferecidos pelo Governo de Goiás através da Lei nº 13.591 de 18 de Janeiro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.265 de 31 de Julho de 2000. Com o objetivo específico de contribuir para a expansão da atividade de geração de energia elétrica na PCH São Patrício. O saldo desse incentivo está assim constituído:

	2013	2012
Incentivos apurados no período de Out/10 a Set/11	-	602
Incentivos apurados no período de Out/11 a Dez/11	653	653
Incentivos apurados no período de Out/12 a Dez/12	102	46
Saldo de Incentivos Fiscais em 31 de dezembro	755	1.301

A companhia recolheu a título de antecipação do Projeto Produzir 10% sobre o saldo financiado pelo Governo estadual, que corresponde a R\$ mil 6 em 2013 e R\$ mil 61 em 2012.

De acordo com a Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, os valores realizados por ocasião desse tipo de incentivo, devem ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício da Companhia.

NOTA 21 – PARTES RELACIONADAS

	2013		2012	
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
Serviços de Manutenção e Conservação no Sistema Elétrico	99	1.136	88	653
Serviços prestados em Ordens de Imobilizações - ODI Linhas de Distribuição Rural “Programa Luz para Todos”	-	-	54	-
Serviços prestados em Ordens de Imobilizações – ODI’s - Diversas	57	-	83	-
Serviços prestados em Ordens de Desativações – ODD’s - Diversas	6	-	12	-
Serviços prestados em Ordens de Serviço – ODS’s Diversas	1	58	13	53
TOTAL	163	1.194	250	706

As transações com partes relacionadas compreendem valores pagos e a pagar à empresa Engenharia São Patrício Ltda. – ENGESP, por serviços prestados por essa empresa à Companhia, com preços e condições semelhantes ou menores do que os praticados usualmente pelo mercado, assim registrados:

No Passivo: refere-se a valores a pagar à ENGESP em 31 de dezembro de 2013.

No Resultado: refere-se a valores pagos ou a pagar a título de serviços de manutenção/conservação e ordens de serviços.

NOTA 22 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social	2013			2012		
	Quantidade de ações	Valor da ação - R\$	Capital social	Quantidade de ações	Valor da ação - R\$	Capital social
Ações ordinárias	3.035.335	2,56	7.771	3.035.335	2,56	7.771
Ações ordinárias em tesouraria	5.647	2,56	14	5.647	2,56	14
Total	3.040.982		7.785	3.040.982		7.785

Em 31 de dezembro de 2013 o valor patrimonial de cada ação (PL/Quantidade de Ações) era de R\$ 9,34 (2012 – R\$ 9,06).

Reservas de Capital	2013	2012
Ágio na subscrição de ações	1.787	1.787
Remunerações sobre o capital próprio	2.188	2.122
Reserva de Incentivos Fiscais	3.647	3.105
Outras reservas de capital	134	134
Total	7.756	7.148

Reservas de Lucros	2013	2012
Reserva legal	1.191	1.126
Reserva para investimentos	11.691	11.504
Total	12.882	12.630

Reservas de Reavaliação	2013	2012
Ajuste Diferença (VNR/VOC)	1.953	4.557
Total	1.953	4.557

A Reserva legal foi constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social.

A Administração da Companhia encaminhará proposta para transferência de R\$ 787 da conta de Lucros Acumulados para a conta de Reserva para Investimentos para fazer frente às necessidades de investimentos com recursos próprios.

NOTA 23 – DIVIDENDOS/JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	2.983	4.368
(-) Líquido de Incentivos Fiscais	(542)	(528)
(-) Constituição de reserva legal	(65)	(192)
Lucro líquido ajustado	2.376	3.648
Dividendos propostos	159	958
(-) Dividendos antecipados	-	(807)
(-) Juros sobre capital próprio pagos em 2013	(1.263)	-

NOTA 24 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), aplicando-se, de acordo com a legislação vigente, a alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 mil anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%.

NOTA 25 – PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A companhia reconheceu no resultado do exercício o montante de R\$ 131 (2012 – R\$ 427), a título de participação de diretores e empregados.

NOTA 26 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR ATIVIDADE

	PRODUÇÃO		DISTRIB/COMERC		TOTAL	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
RECEITA OPERACIONAL						
Fornecimento de Energia Elétrica	-	1.719	48.781	46.988	48.781	48.707
Outras Receitas	-	-	1.792	1.723	1.792	1.723

	-	1.719	50.573	48.711	50.573	50.430
(-) Dedução à Receita Operacional	-					
ICMS	-	-	(13.369)	(13.445)	(13.369)	(13.445)
PIS	-	(11)	(526)	(316)	(526)	(327)
COFINS	-	(52)	(2.454)	(1.458)	(2.454)	(1.510)
ISS	-	-	(6)	(6)	(6)	(6)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	-	(99)	-	(334)	-	(433)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(19)	(1.106)	(19)	(1.106)
Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	-	(385)	(957)	(385)	(957)
Pesquisa Desenvolv. e Eficiência Energética	-	-	(334)	(410)	(334)	(410)
	-	(162)	(17.093)	(18.032)	(17.093)	(18.194)
Receita Operacional Líquida	-	1.557	33.480	30.679	33.480	32.236
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA	-					
Custo com Energia Elétrica	-					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	(16.782)	(12.752)	(16.782)	(12.752)
	-	-	(16.782)	(12.752)	(16.782)	(12.752)
CUSTO DE OPERAÇÃO	-					
Pessoal e Administradores	(639)	(504)	(7.093)	(6.118)	(7.732)	(6.622)
Material	(51)	(52)	(687)	(590)	(738)	(642)
Serviço de Terceiros	(279)	(148)	(2.582)	(2.027)	(2.861)	(2.175)
Depreciação e Amortização	(9)	(221)	(1.416)	(1.295)	(1.425)	(1.516)
Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa	-	-	(91)	(26)	(91)	(26)
Outras Despesas	(35)	(17)	(874)	(648)	(909)	(665)
	(1.013)	(942)	(12.743)	(10.704)	(13.756)	(11.646)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-	-	(354)	(498)	(354)	(498)
DESPESAS OPERACIONAIS	-					
Despesas com Vendas	-	-	2.351	(7)	2.351	(7)
Despesas Gerais e Administrativas	-	-	(33)	(20)	(33)	(20)
	-	-	2.318	(27)	2.318	(27)
Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas	(3)	913	9	(71)	6	842
RESULTADO DO SERVIÇO	(1.016)	1.528	5.928	6.627	4.912	8.155
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA						
Receitas Financeiras	66	206	1.092	658	1.158	864
Despesas Financeiras	(177)	(128)	(3.083)	(2.219)	(3.260)	(2.347)
	(111)	78	(1.991)	(1.561)	(2.102)	(1.483)
RESULTADO OPERACIONAL	(1.127)	1.606	3.937	5.066	2.810	6.672
LUCRO ANTES DA CONTRIB. SOCIAL	(1.127)	1.606	3.937	5.066	2.810	6.672
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	104	(153)	(364)	(482)	(260)	(635)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	(1.023)	1.453	3.573	4.584	2.550	6.037
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	280	(299)	(979)	(943)	(699)	(1.242)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS						

PARTICIPAÇÕES	(743)	1.154	2.594	3.641	1.851	4.795
PARTICIPAÇÕES	(3)	(13)	(128)	(414)	(131)	(427)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO	(746)	1.141	2.466	3.227	1.720	4.368
Reversão dos Juros sobre capital próprio					1.263	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					2.983	4.368
LUCRO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL					R\$ 0,9809	R\$ 1,4364

NOTA 27 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

FORNECIMENTO FATURADO	Nº de Consumidores		kWh		Receita	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
CLASSE						
Residencial	25.450	24.539	38.540	35.301	20.457	20.920
Industrial	210	208	14.935	14.409	6.014	5.757
Comercial	2.784	2.725	18.908	17.866	10.423	10.687
Rural	4.274	4.242	16.314	16.310	4.947	4.913
Poder Público	437	425	5.187	4.595	2.746	2.715
Iluminação Pública	31	31	8.901	8.509	2.270	2.318
Serviço Público	63	59	4.632	4.381	1.721	1.604
Consumo Próprio	14	15	193	174	-	-
(=) Fornecimento Faturado	33.263	32.244	107.610	101.545	48.578	48.914
Fornecimento Não Faturado					(124)	276
Quotas CCEE					668	-
Ativo Regulatório Diferimento PLPT					-	(56)
Componentes Financeiros Diferidos					(336)	(426)
Devolução Consumo Faturado a Maior					(1)	(1)
Desconto especial irrigação					(4)	-
Subtotal	33.263	32.244	107.610	101.545	48.781	48.707
ICMS Faturado					(13.369)	(13.445)
Fornecimento Líquido					35.412	35.262

O crescimento de mercado se apresenta em 5,97%.

NOTA 28 – OUTRAS RECEITAS

	2013	2012
Subsidio Baixa Renda	614	588
Realização Incentivos Fiscais	542	528
Renda da prestação de serviço	191	62

Serviço taxado	151	164
Arrendamento e aluguéis	269	256
Outras receitas	25	125
Total	1.792	1.723

NOTA 29 – ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

Supridora	mWh		Kw		R\$	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Companhia Energética de Goiás – CELG	109.034	98.027	239.453	215.817	15.189	12.333
Companhia Energética de Goiás – CELG – Geração PCH São Patrício	8.949	-	-	-	1.272	-
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	2.607	2.525	-	-	569	433
Itens Financeiros – IRT/2013	-	-	-	-	541	-
CVA energia realizada no período					(789)	(14)
TOTAL	120.590	100.552	239.453	215.817	16.782	12.752

NOTA 30 – ENCARGOS SETORIAIS

	2013	2012
Quota para reserva global de reversão – RGR	-	433
Quota da conta de consumo de combustível – CCC	19	1.106
Conta de desenvolvimento energético – CDE	385	957
Taxa de fiscalização – ANEEL	87	84
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	334	410
Proinfa	569	433
Total	1.394	3.423

NOTA 31 – OUTRAS DESPESAS

	2013	2012
Arrendamento e aluguéis	145	130
Seguros	128	80
Tributos	74	77
(-) Recuperação de despesa	(255)	(369)
Despesas bancárias	431	391
Mensalidades associadas	14	22

Custeio conselho de consumidores	13	22
Consumo próprio energia elétrica	201	177
Indenizações por perdas e danos	8	4
Taxa de Fiscalização	87	92
Outras	63	39
Total	909	665

NOTA 32 – CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO PRÓPRIO/TERCEIROS

	2013	2012
Pessoal	42	138
Material	114	41
Serviço de terceiros	196	313
Outras	2	6
Total	354	498

NOTA 33 – DESPESAS OPERACIONAIS

	2013	2012
Pessoal	66	42
Remunerações	35	23
Encargos sociais	16	8
Benefícios	15	11
Material	33	29
Serviços de terceiros	13	11
Tributos	1	1
(-) Recuperação de despesas	(39)	(68)
(-) Subvenção CDE descontos tarifários e redução tarifária	(2.402)	-
Outros Gastos	10	12
Total	(2.318)	27

NOTA 34 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2013	2012
Ganhos na alienação de bens e direitos	13	43
Ganho Transferência Ativos Lei 12783/13	-	913
Outras receitas não operacionais	158	204
Perdas na desativação de bens e direitos	(64)	(166)

Estorno Rateio adm geral	-	(56)
Doações e Contribuições	(32)	(32)
Outras despesas não operacionais	(69)	(64)
Total	6	842

NOTA 35 – RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	2013	2012
Var Monet e Acrésc moratório energia vendida	570	538
Atualização de Ativos Regulatórios	75	228
Transgressão DIC/FIC/DMIC	168	-
Renda de aplicação financeira	328	80
Outras receitas financeiras	17	18
Total	1.158	864

Despesas Financeiras	2013	2012
Encargos das dívidas de curto prazo – Empréstimos e Financiamentos	327	465
Encargos das dívidas de longo prazo – Empréstimos e Financiamentos	47	35
Encargos das dívidas de curto prazo – Juros	275	650
Juros sobre Capital Próprio	1.263	-
Multas sobre impostos e contribuições sociais	227	199
Dação de garantias em empréstimos e financiamentos	4	12
Var Monet e Acrésc Moratório energia comprada	113	12
Varição monetária de passivos regulatórios	208	36
Multas: carta fiança/agências reguladoras/órgãos federais	-	277
Compensação financeiras às unidades consumidoras	760	646
Outras despesas financeiras	36	15
Total	3.260	2.347

Os encargos financeiros, distribuídos por macroatividades, estão apropriados no resultado e parcialmente no imobilizado em curso em conformidade com a Instrução Contábil 6.3.10.4 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução CVM nº 193, de 11 de Julho de 1996.

Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras, os custos dos empréstimos estão sendo apresentados como ativos imobilizados, conforme orientação do Despacho ANEEL nº 4.097 de 30 de dezembro de 2010, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

NOTA 36 – SEGUROS

Seguradora	Risco	Data de vigência	Importância Segurada	Valor do Prêmio
Argo Seguros	Responsabilidade Civil	24/08/13 a 24/08/14	500	13
Fairfax Brasil	Danos materiais	11/08/13 a 11/08/14	7.810	27
Argo Seguros	Danos materiais	11/11/13 a 11/11/14	12.000	23
Banco do Brasil	Colisão, incêndio e roubo	22/11/13 a 22/11/14	Tabela FIPE	57
Bradesco	Colisão, incêndio e roubo	07/11/13 a 07/11/14	Tabela FIPE	7

NOTA 37 – ASPECTOS REGULATÓRIOS**I) Revisão Tarifária Periódica – 2012 (não auditada)**

Em 2012, a Companhia passou pela terceira revisão tarifária periódica apresentando os seguintes resultados:

a) O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almojarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigação Especial), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a quota de depreciação, que fazem parte da parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.343 de 10 de setembro de 2012. O resultado definitivo da terceira revisão tarifária periódica fixa em média o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica em 2,73%.

Resumo da Base de Remuneração Regulatória

1. Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	65.493
2. Índice de aproveitamento integral	1.045
3. Obrigações Especiais bruta	15.160
4. Bens Totalmente Depreciados	7.250
5. Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	42.038
6. Depreciação Acumulada	26.795
7. AIS Líquido (valor de mercado em uso)	38.698
8. Índice de aproveitamento depreciado	729
9. Valor da Base de Remuneração (VBR)	37.970
10. Almojarifado em Operação	244
11. Obrigações Especiais Líquida	13.282
12. Terrenos e Servidões	187
13. Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)-(11)+(12)	25.118
14. Taxa de Depreciação	3,70%
15. Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (14)	1.553

A base de remuneração aprovada no segundo ciclo de revisão tarifária (2CRTP) deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;

A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária; conforme Nota Técnica nº 297/2012-SRE-ANEEL de 04/09/2012.

II) Revisão Tarifária Extraordinária – RTE/2013

Com a edição da Medida Provisória-MP nº 579, de 11/09/2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11/01/2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária, o Governo Federal adotou a política de redução das tarifas de energia elétrica para todos os consumidores do país.

Em decorrência da citada Lei, a ANEEL revisou em 24/01/2013 as tarifas de todas as distribuidoras do país mediante aplicação da Revisão Tarifária Extraordinária (RTE). No caso da CHESP o resultado da RTE foi homologado pela Resolução nº 1.466 de 24/01/2013. Para os consumidores residenciais da CHESP o efeito médio dessa redução -18,01%.

As principais alterações que permitiram a redução da conta de energia elétrica foram:

- Alocação de quotas de energia, resultantes de geradoras com concessão renovada;
- Redução dos custos de transmissão;
- Extinção dos encargos setoriais de CCC e RGR e redução de 75% dos valores das cotas de CDE – Conta de Desenvolvimento Energético;
- Retirada dos subsídios cruzados concedidos aos consumidores da estrutura tarifária, com aporte direto do Tesouro Nacional.

III) Reajuste Tarifário Anual

b) Em 12 de setembro de 2013 por meio da Resolução Homologatória nº 1.612 de 05 de setembro de 2013, Art.2º, as tarifas de energia elétrica da Companhia, ficam em média reajustadas em 8,17%, sendo 7,92% relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 0,25% referentes aos componentes financeiros pertinentes, representando um efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 10,66% em relação às tarifas vigentes.

NOTA 38 – BAIXA RENDA

A Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, estabeleceu novos critérios para classificação de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda, conforme Resoluções ANEEL nº 246 de 30 de abril de 2002 e nº 485 de 29 de agosto de 2002. Com a aplicação dos novos critérios a Companhia apurou a Diferença Mensal de Receita homologada pela ANEEL, conforme demonstrado a seguir:

													2013	2012
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Total
Valor	56	52	45	48	49	49	47	50	51	55	57	55	614	588

Esses valores foram contabilizados, pelo regime de competência. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2013 se apresenta no valor de R\$ 218 (2012 - R\$ 112).

NOTA 39 – OUTROS ASPECTOS REGULATÓRIOS

I) Universalização

Área Urbana: todos os municípios estão universalizados;

Área Rural: A Nota Técnica 031/2013 aprovou a revisão do Plano de Universalização apresentado pela CHESP e definiu como universalizadas em 2013 as seguintes cidades: Ceres, Rialma, Carmo do Rio Verde e São Patrício;

Fixou os prazos de universalização para as seguintes cidades: Ipiranga de Goiás, Nova Glória, Santa Isabel e Uruana - prazo máximo junho de 2014;

Rianópolis - prazo para universalização dezembro/2014.

Programa Luz para Todos:

Até 31 de dezembro de 2013 foram ligadas, por meio do programa “Luz para Todos”, 1.416 (um mil quatrocentos e dezesseis) propriedades rurais.

II) Programa PROINFA

A Lei 10.438/2002, através de seu Artigo 3º, instituiu o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Elétrico Interligado Nacional. Os custos concernentes à aquisição de energia gerada pelo PROINFA, incorridos pela Eletrobrás, inclusive administrativos, financeiros e tributários, serão rateados por todas as classes de consumidores, exceto os de baixa renda, cujo consumo seja igual ou inferior a 80kwh/mês. Cabe aos agentes do SIN que comercializam energia para o consumidor final e/ou recolham tarifas de uso do sistema de transmissão - TUST ou distribuição – TUSD, relativos a consumidores livres, o recolhimento à Eletrobrás, para crédito do PROINFA, do valor da cota anual em duodécimos fixados pela ANEEL. Os procedimentos para rateio dos custos desse programa constam no Decreto 5.125/04.

Ceres-GO, 31 de dezembro de 2013

COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Cristina de Pina Martin
Presidente

Patrícia de Pina Martin
Conselheira

Herine Sabag de Pina
Conselheira

Alan de Alvarenga Menezes
Conselheiro

Geraldo Magela da Silva
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Ricardo de Pina Martin

Diretor Presidente

Jonas Borges

Diretor Econômico e Financeiro

Raúflin Gonçalves de Souza

Diretor Técnico-Comercial

Vanderlei da Costa

Contabilista CRC/GO Nº007250/O-2

CPF 167.147.171-72